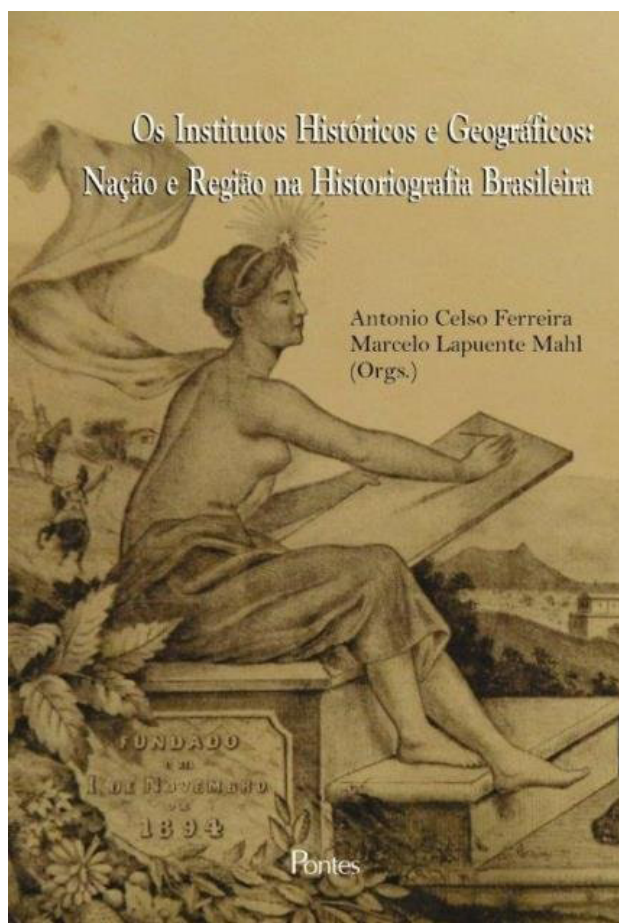


Historiografia e institucionalização de saberes sobre a nação (Brasil, séculos XIX/XX)



Sérgio César da Fonseca

Doutor em Educação Escolar pela Universidade Estadual Paulista (Unesp). Professor do Departamento de Educação, Informação e Comunicação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de São Paulo- Ribeirão Preto (USP). Autor, entre outros livros, de *Paulo Freire & Anísio Teixeira: convergências e divergências* (1959-1969). Jundiaí: Paco, 2011. sergiofonseca@usp.br

Felipe Ziotti Narita

Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista (Unesp). Pós-doutorando no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de São Paulo-Ribeirão Preto (USP). Professor colaborador do Programa de Pós-graduação em Planejamento e Análise de Políticas Públicas da Unesp-Franca. Autor, entre outros livros, de *A educação da sociedade imperial: moral, religião e forma social na modernidade oitocentista*. Curitiba: Prismas, 2017. fznarita@usp.br

Historiografia e institucionalização de saberes sobre a nação (Brasil, séculos XIX/XX)

Historiography and institutionalization of knowledges about the nation
(Brazil, 19th/20th centuries)

Sérgio César da Fonseca

Felipe Ziotti Narita

FERREIRA, Antonio Celso e MAHL, Marcelo Lapuente. *Os institutos históricos e geográficos: nação e região na historiografia brasileira*. Campinas: Pontes, 2017, 292 p.



A nação, referência central para a historiografia oitocentista, ao passo que foi tomada como evidência de esquemas cognitivos e de programas históricos, também representa um mosaico bastante matizado de contranarrativas e configurações identitárias subsumidas sob a pretensa totalização conceitual.¹ O reconhecimento teórico dessa dimensão problemática do horizonte nacional implica a convergência de abordagens capazes de construir perspectivas relativas aos saberes elaborados e à temporalização das diversas narrativas sobre a nação. Nesse sentido, uma história da historiografia, tanto como analítica da historicidade do campo historiográfico quanto como esforço crítico a respeito de seus pressupostos e procedimentos,² tem sido fundamental na constituição da pesquisa social.

O livro organizado por Antonio Celso Ferreira (Unesp-Assis) e Marcelo Lapuente Mahl (UFU) oferece um rico painel de análises sobre o lugar e a atuação dos institutos históricos e geográficos no Brasil, sobretudo, entre os anos 1830 e 1930 (contando, a bem da verdade, com algumas incursões aos anos 1950, 1960 e 1970). Os doze capítulos, redigidos por pesquisadores e pesquisadoras de diversas universidades e regiões brasileiras, evidenciam uma vasta agenda de investigações, entrelaçando a dinâmica institucional e os processos sociais subjacentes à institucionalização do campo historiográfico com problemas teóricos e analíticos da história da historiografia – temáticas tensionadas por abordagens da nação e da região na produção historiográfica. Para além de uma imagem canônica do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em relação aos institutos das províncias/estados, a coletânea indica uma diversidade de mediações e contextos de institucionalização, questionando a produção e a difusão dos saberes históricos e historiográficos sobre a sociedade nacional.

A partir das fundações pioneiras (ainda no século XIX) de institutos no Rio de Janeiro, Pernambuco, São Paulo, Bahia, Rio Grande do Sul e Goiás (nestes dois últimos casos, incluindo algumas tentativas bastante efêmeras), já no primeiro quartel do século XX uma notável difusão e consolidação de diversas instituições pode ser observada na jovem República. Dois eixos são fundamentais para essa visão de conjunto. O primeiro ilustra um entendimento dos institutos à luz de significativos esforços de institucionalização da pesquisa histórica conforme parâmetros metodológicos no Brasil (constituição de arquivos, delimitação de documentação, debates temáticos etc.),

¹ Ver HARTOG, François. *Le XIXe siècle et l'histoire*. Paris: Seuil, 2001.

² Ver CARBONELL, Charles-Olivier. Pour une histoire de l'historiographie. *Storia della Storiografia*, n. 1, 1982.

definindo o material privilegiado da pesquisa a partir do documento. Nesse sentido, o armazenamento de documentação e a organização de bibliotecas (como no caso mineiro, conforme evidencia o capítulo assinado por Tatiana Mol Gonçalves e Fernando Nicolazzi), produzindo rotinas institucionais, situavam lugares legítimos para a memória e a história.

O segundo eixo central dessa tarefa consiste na representatividade da coletânea, de modo que a própria distribuição espacial dos autores e de seus recortes analíticos acompanha a disseminação dos institutos pelo território nacional. Nessa característica, aliás, reside um dos méritos fundamentais da publicação: as pesquisas assumem as categorias identitárias (nação, nacional, região etc.) como dinâmicas históricas na medida em que enfatizam, para além de um conteúdo previamente disposto nesses conceitos, um intrincado jogo de tensões sociais, políticas e administrativas na construção dessas narrativas. A consistência e a profusão de ideias e debates, portanto, adquire efetiva vinculação aos dilemas da formação na medida em que são situadas a partir das materialidades do processo social e dos esforços de instituição de um campo do saber histórico.

Tendo em vista a pluralidade de sujeitos e de contextos de institucionalização, algumas questões de pesquisa podem ser discutidas. Conforme o capítulo de Gilberto César de Noronha, dedicado às desventuras do instituto em Goiás desde os anos 1860, a descontinuidade de políticas institucionais e a tensão entre centralização e descentralização administrativa constituíam contingências que permeavam o lugar institucional do grêmio de letrados, de modo que, em meio à sorte das fundações do instituto goiano, gabinetes literários e bibliotecas públicas (desde a segunda metade dos oitocentos) ofereciam perspectivas de armazenamento e de difusão da produção histórica junto a seus públicos. No instituto goiano, quando de sua terceira fundação em 1932, o discurso de Honorato Silva destaca justamente o significado material da institucionalização do conhecimento histórico, tangenciando a difusão do saber letrado a partir do dilema sociológico entre litoral/interior, uma vez que a incorporação da fronteira física e imaginada do interior ao horizonte coletivo da nação reorientaria a própria condição de unidade da história nacional.

Diversos problemas estão sobrepostos na imaginação moderna das fronteiras e da interiorização da nação. A fronteira adquire materialidade na medida em que é pensada como dilema sociológico, ou seja, a partir da justaposição de sua forma geográfica sobre as imagens e os saberes implicados em sua constituição histórica, estruturando uma *paisagem*. O capítulo de Odemar Leotti, nesse sentido, entende o imaginário da ocupação do interior (com especial atenção ao Mato Grosso) a partir de problemas historiográficos envolvendo narrativas da modernização atreladas, a um só tempo, à aspiração da integração física e moral da nação (retomando a narrativa de Corrêa Filho, dos anos 1920, sobre Candido Rondon) e a uma discursividade capaz de integrar territorialidades e temporalidades pelo prisma do cientificismo, conferindo nexos para a relação entre progresso, civilização e barbárie no imaginário moderno da fronteira e dos modelos aspiracionais de ordem e civilização. Dinamizadas pelas categorias temporais desse horizonte de expectativas, a mestiçagem e a interpretação racial da historicidade dos espaços regional e nacional oferecem uma das linhas mais destacadas do livro: a construção de um saber histórico sobre a população a partir dos anos 1870 – justamente na conjuntura de reestru-

turação da força de trabalho com a imigração, a derrocada da escravidão e a formação do mercado de trabalho.

Como narrativas identitárias, as preocupações historiográficas a respeito da constituição do povo podem ser inseridas em um conjunto mais amplo de preocupações sociológicas, antropológicas e históricas sobre o nacional. No contexto de afirmação da antropologia criminal e da medicina legal, o texto de Rinaldo Cesar Nascimento Leite sobre o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia analisa a produção de conhecimentos sobre a presença negra e a questão racial, contrastando o discurso histórico produzido no instituto (preocupado, sobretudo, com a tematização das revoltas e dos levantes urbanos) com os textos mais sistemáticos produzidos pelas discussões médicas e antropológicas dos tempos de Nina Rodrigues, Oscar Freire e Arthur Ramos. Esse saber sobre a população, articulando um intrincado sistema de valores, pode ser visualizado em importantes textos (do registro moral das narrativas de Etienne Ignace até as preocupações de Manuel Querino com a herança histórica africana e com a mestiçagem), já que demarca um conjunto de referências para o entendimento dos dilemas ideológicos e culturais vinculados aos processos de assimilação do povo ao espaço nacional.

O problema da população e de sua composição histórico-racial também era tensionado pela região na invenção de suas tradições. Nesse sentido, o estudo de Marcelo Mahl sobre o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo enfatiza a elaboração de narrativas sobre o nacional a partir da construção de uma “raça paulista” ancorada na ideologia da civilização bandeirante. *Pari passu* à presença de genealogias e linhagens na definição do material histórico (pensamos, por exemplo, nos volumes da nobiliarquia de Pedro Taques), se os temas identitários percorriam as narrativas e as pesquisas de erudição histórica (vale lembrara volumosa obra de um Taunay), os nexos do discurso racial da população, conforme a premissa teórica dos “troncos paulistas” de Alfredo Ellis Jr., conferiam unidade histórica ao processo social por meio de um conceito de raça articulado pela ocupação do meio físico (ilustrada pelas frentes de interiorização na invenção do território paulista), pela presença indígena/portuguesa e pelas virtudes morais da atividade social do povo bandeirante. Quanto aos indígenas, além das abordagens e das polêmicas suscitadas junto ao IHGB entre os anos 1840 e 1860 (conforme o capítulo de Cesar Augusto Doriguello Jr.), vale destacar que, no conjunto das preocupações sobre a população, as ideias podem ser pensadas também à luz de orientações pragmáticas da estruturação política do Estado nacional (no Império, os esforços de colonização e de catequese dos “índios bravos”, junto às províncias, exemplificavam esse esforço de racionalização e de unificação do espaço nacional).

As tensões na elaboração da comunidade nacional imaginada e de sua problemática unidade histórica, ao passo que resvalam em importantes mediações referentes às regionalidades (vide os casos pernambucano e paranaense, expressos nos estudos de Rômulo Oliveira Jr., Antonio Benatte, Maria Cordova e Cesar Saad), também significam uma abertura dos temas historiográficos à consciência histórica implicada nas instituições. As relações entre nação e região na produção historiográfica, portanto, constituíam narrativas identitárias tensionadas por processos políticos e sociais, de modo que os próprios ímpetus fundadores de instituições e saberes apresentavam éticas historiográficas atreladas àqueles processos. O capítulo de Maria Cristina de Matos Rodrigues discute a produção

historiográfica do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul à luz do arranjo político da Primeira República. Se havia um conjunto temático da historiografia que elaborava as especificidades da região e da fronteira no contexto cultural da formação da nação (missões jesuíticas, heranças indígenas, etc.), a presença da Farroupilha e da história militar nas abordagens historiográficas evidenciava, a um só tempo, as negociações e os debates subjacentes à republicanização do conhecimento histórico e o reconhecimento dos militares como elementos significativos na fiação da ordem republicana.

As vicissitudes materiais e historiográficas dos contextos de institucionalização também podem ser analisadas a partir das múltiplas relações entre a historiografia e seus públicos. Nesse sentido, a coletânea indica dois frutíferos caminhos. Com o texto de Janaina Zito Losada, a investigação sobre os juízos e os pareceres de obras produzidos no IHGB evidencia uma rica interação entre os debates institucionais e os públicos letrados no século XIX, conformando procedimentos metodológicos e considerações sobre o campo historiográfico. O capítulo de Itamar Freitas e Margarida Dias de Oliveira problematiza as interfaces entre a escrita dos *savants* nos institutos e a produção didática, especialmente direcionada para a história e a geografia (corografia), realçando a precária posição das instituições (de Sergipe e da Paraíba) na produção de livros didáticos. Nesse processo, a rigor, diversas dimensões estão implicadas, de modo que é importante considerá-las para a avaliação dos lugares institucionais da produção historiográfica em relação aos públicos escolares.

Se as demandas pela produção didática foram sobretudo externas aos institutos, é fundamental considerar que, apesar disso, membros das agremiações comumente transitavam entre os grêmios e o público escolar (Fernandes Pinheiro, Joaquim Manoel de Macedo, Rocha Pombo, Jonatas Serrano etc.), oferecendo importante material para análise das interfaces entre história da historiografia e história do ensino de história no Brasil. A conjuntura destacada (1830-1930) pelo volume de Ferreira e Mahl, aliás, diz respeito ao período de construção e de difusão do livro didático, estruturando uma rede de demandas externas (vinculadas ao campo da instrução pública) conformadora de novas relações da historiografia com seus públicos a partir de éticas historiográficas e parâmetros narrativos característicos da produção didática. Mais do que uma simplificação dos parâmetros historiográficos dos *savants* dos institutos, o didatismo significava reconfigurações narrativas e, sobretudo, figurações de uma consciência histórica que articulava uma rede de agentes e mediações (pensada tanto a partir da infraestrutura da instrução pública, quanto a partir dos suportes materiais dos impressos escolares), constituindo novas condições de recepção de temas historiográficos junto aos públicos.³ Especialmente a partir dos anos 1930 e 1940, no contexto de formação do sistema universitário brasileiro, parece igualmente frutífera a tentativa de analisar o lugar dos institutos à luz da expansão da pesquisa universitária e de suas relações com novos públicos.

A coletânea de Ferreira e Mahl, ao passo que traz à lume o vigor das pesquisas atuais no campo, também representa uma fértil agenda que desenvolve temáticas exploradas em textos consagrados (José Honório Rodrigues, José Roberto do Amaral Lapa, Manoel Salgado Guimarães, Lucia Paschoal Guimarães, Antonio Celso Ferreira e Lilia Schwarcz). A multiplicidade de caminhos institucionais pavimentada especialmente a partir das

³ Ver CHOPPIN, Alain. L'histoire des manuelsscolaires: une approche globale. *Histoire de l'éducation*, Paris, n. 9, 1980. NEVES, Lucia Bastos Pereira. A história para uso da mocidade brasileira. In: CARVALHO, José Murilo (org.). *Nação e cidadania no Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, e NARITA, Felipe Ziotti. *O século e o Império: tempo, história e religião no Segundo Reinado*. Curitiba: Appris/Prismas, 2014.

⁴Ver CARVALHO, Maria Alice Rezende. Temas sobre a organização dos intelectuais no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 22, n. 65, 2007, e PRADO, Antonio Arnoni. *Dois letrados e o Brasil nação*. São Paulo: Editora 34, 2015.

⁵Ver IGGERS, Georg, WANG, Edward and MUKHERJEE, Supriya. *A global history of modern historiography*. 2. ed. Londres: Routledge, 2017.

⁶Ver OLIVEIRA, Maria da Glória e GONTIJO, Rebeca. Sobre a história da historiografia brasileira: um breve panorama. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, v. 177, 2016.

primeiras décadas republicanas, além de ações vinculadas às aspirações de autonomia na construção do federalismo no Brasil, também representou a consistência de redes de sociabilidade constituídas entre os membros do instituto, as elites políticas e seus correspondentes (tanto no Brasil quanto no exterior), estruturando dimensões da autonomia da vida intelectual e das dinâmicas de sociabilidade intelectuais por meio do entrecruzamento de tradições da cultura letrada.⁴ Nesse sentido, vale pensar a historicidade das práticas historiográficas à luz de interfaces com a erudição (questionando a polêmica distinção de Croce entre aquelas duas atividades) e com os mecanismos de transferências culturais da modernidade.⁵

Promovendo sugestivas interfaces com temas da história social, política e cultural, a coletânea de Ferreira e Mahl contribui para a abertura da consciência historiográfica a um conjunto de práticas e lugares institucionais entrecortado por diversas referências que, no limite, indicam um panorama para a crítica da cultura e seus silenciamentos no horizonte nacional.⁶ A variedade dos contextos regionais, pensados à luz do processo mais amplo de institucionalização da produção historiográfica sobre a nação, situa a diversidade de ideias e de sujeitos implicados, correlacionando a atividade historiográfica a seus suportes institucionais de circulação e de difusão. A elaboração de um passado coletivo, mobilizando sensibilidades e saberes, evidencia um campo de epistemologias cindidas sob a ideologia unitária da nação e sua temporalização.

Resenha recebida em dezembro de 2017. Aprovada em janeiro de 2018.